

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E
ESCRavidÃO: O CASO DE
PRUDÊNCIO EM MEMÓRIAS
PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS, DE
MACHADO DE ASSIS***

ALAN RICARDO SCHIMIDT PEREIRA**
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO
RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, RIO
GRANDE DO SUL, BRASIL

RESUMO

Memórias Póstumas de Brás Cubas é um clássico da literatura brasileira, escrito pelo mais célebre de nossos autores: Machado de Assis. Neste trabalho, analisaremos as passagens do romance em que o ex-escravizado de Brás, Prudêncio, é encontrado no Valongo seviciando um homem que agora era seu cativo. A partir dos conceitos de violência simbólica de Pierre Bourdieu, representação de Roger Chartier e paternalismo de Sidney Chalhoub, analisaremos como Machado representou o fenômeno de um ex-cativo ter adquirido escravizados e como isso se relaciona com a inculcação de representações através das noções paternalistas presentes no sistema escravista do Brasil Imperial.

Palavras-chave: escravidão; violência simbólica; Memórias Póstumas de Brás Cubas.

ABSTRACT

Memórias Póstumas de Brás Cubas is a classic of Brazilian literature written by the most prestigious of our authors: Machado de Assis. In this paper we will analyze excerpts from the novel in which the former slave of Brás, Prudêncio, is found in the Valongo whipping a man who was his slave. Based on Pierre Bourdieu's concept of symbolic violence, Roger Chartier's representation and Sidney Chalhoub's paternalism, we will analyze how Machado represented the phenomenon of a former slave acquiring captives and how does that relate with the inculcation of representations through paternalistic notions that were present in Imperial Brazil's slavery system.

Keywords: slavery; symbolic violence; Memórias Póstumas de Brás Cubas.

* Dedico este trabalho para o meu querido amigo e colega Mateus Roque. Sinto enorme tristeza por ele não ter podido redigir comigo este trabalho, mas deixo meu mais sincero agradecimento pela amizade e pelas contribuições valiosas que me proporcionou no que condiz ao trabalho em equipe.

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS).
E-mail: alanricardo.ricardo2@gmail.com

INTRODUÇÃO

Uma das passagens mais impactantes de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis², é aquela em que o protagonista encontra Prudêncio, seu ex-cativo, chicoteando um escravizado que trabalhava em sua venda.

Questionamo-nos: este indivíduo que segura o chicote é um agente da escravidão ou uma vítima da instituição assim como aquele que é chicoteado? O ex-cativo dialoga e corrobora com o sistema escravista por não ter recursos (a não ser aqueles que foram fornecidos pelo próprio escravismo) para refletir sobre a violência que sofreu quando estava em cativeiro. De tal maneira, essa situação levou Prudêncio a reproduzir sobre seu escravizado as violências que ele próprio suportou sob a escravidão. Além disso, o fato de um liberto ter se tornado um senhor de escravizados demonstra como o sistema escravista estava enraizado na sociedade que Machado de Assis observou e representou com maestria.

No presente trabalho, analisamos essa passagem a partir do conceito de violência simbólica de Pierre Bourdieu³, articulado com os conceitos de representação de Roger Chartier⁴ e de paternalismo de Sidney Chalhoub⁵. Essas noções articuladas nos revelam um sistema de reprodução das representações sociais que eram inculcadas pelos senhores nos indivíduos oprimidos. Esse processo ocasionou fenômenos variados dentro da sociedade escravista, que vão desde o respeito para com o ex-senhor até a violência física para com o escravizado.

Iniciaremos nossas análises com algumas considerações breves sobre a relação de Machado de Assis com a abolição, as detrações que diziam que ele foi omisso diante das relações sociais de sua época e como essa visão pode ser (e está sendo) subvertida. Para isso, iremos nos basear, principalmente, nos textos de Eduardo Duarte⁶, contidos em seu livro *Machado de Assis afrodescendente*. Depois auscultaremos toda a passagem de *Memórias Póstumas* intitulada “O

2 ASSIS, J. M. M. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. 207 p.

3 BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.

4 CHARTIER, R. A história entre narrativa e conhecimento. In: CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a. p. 81-100; CHARTIER, R. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Difel, 2002b. p. 13-28; CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. Tradução de André Dione Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 28 maio 2022.

5 CHALHOUB, S. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 345 p.

6 DUARTE, E. A. A morte do senhor e as memórias póstumas da escravidão. In: DUARTE, E. A. *Machado de Assis afrodescendente: antologia e crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020a. p. 311-329; DUARTE, E. A. Nota à terceira edição. In: DUARTE, E. A. *Machado de Assis afrodescendente: antologia e crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020b. p. 9-13; DUARTE, E. A. O caramujo e o carcará: vozes negras na luta antiescravista. In: DUARTE, E. A. *Machado de Assis afrodescendente: antologia e crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020c. p. 331-338; DUARTE, E. A. Raça, estigma e literatura. In: DUARTE, E. A. *Machado de Assis afrodescendente: antologia e crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020d. p. 261-282. A escolha dos textos desse autor se deu por conta de seu aspecto sintético, mas baseado em ampla bibliografia e estado da arte.

vergalho” – em que Prudêncio sevicia seu cativo – ao lado de outras passagens em que o ex-cativo aparece. A análise desses excertos permitiu compreendermos que Machado representou uma reprodução da violência, na qual o homem inicialmente oprimido se torna opressor e violenta o seu escravizado da mesma forma como era violentado quando estava nessa condição. Analisando esse quadro a partir dos conceitos mencionados e da análise da sociedade escravista do século XIX brasileiro. Partiremos, então, para a análise de quais fenômenos – que já se encontravam no arsenal de dominação dos senhores – eram utilizados para a inculcação das representações nos indivíduos que, por sua vez, as reproduziriam sobre outros.

Desse modo, visando compreender a complexidade das relações entre indivíduos na sociedade brasileira do Oitocentos (e como essa relação foi vertida para a obra), debruçamo-nos sobre as relações paternalistas; as representações que tinham o cativo como infantilizado; as representações que geravam um sentimento de distinção social entre senhores-libertos/escravizados; e o fato de ex-escravizados possuírem escravizados após sua liberdade – para este último tópico, partimos dos trabalhos de João José Reis⁷, visando compreender a passagem de “O vergalho” a partir de aspectos sociais do Brasil Oitocentista. Além disso, para compreender o que despertou o comportamento violento em Prudêncio, analisaremos representações que tomavam os escravizados como indivíduos afeitos aos vícios.

Estas noções – apesar de muito variadas para darmos conta de maneira aprofundada em um trabalho desta dimensão – nos auxiliam no entendimento de um caleidoscópio de representações que permitem a compreensão dos motivos de Prudêncio agir da forma como agiu quando foi representado por Machado. Cabe ressaltar que temos consciência do aspecto ficcional da passagem, mas sua relação de verossimilhança com a realidade nos permite fazer esta análise. Conforme Sandra Pesavento, a ficção se apresenta na Literatura como fator que não exclui o real, pois podemos entender os discursos literários “como o campo preferencial de realização do imaginário”, também possuindo certa preocupação com a verossimilhança, sendo que a “ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, em que os limites de criação e fantasia são mais amplos que aqueles permitidos ao historiador”⁸. Além disso, os textos literários não possuem a intenção de comprovar que os ocorridos narrados se deram de maneira concreta, “mas a narrativa comporta em si uma explicação do real e traduz

7 REIS, J. J. De escravo a rico liberto: a história do africano Manuel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Revista de História*, São Paulo, n. 174, p. 15-68, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/108145>. Acesso em: 3 mai. 2021.

8 PESAVENTO, S. J. Literatura, história e identidade nacional. *Revista Vidya*, v. 19, n. 33, p. 9-27, jan./jun. 2000. p. 11. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/531>. Acesso em: 8 jun. 2022.

uma sensibilidade diante do mundo, recuperada pelo autor”⁹. Também cumpre assinalar que a literatura é uma fonte excepcional para o historiador que tem interesse em compreender “as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo”¹⁰. Pesavento ainda reconhece em Machado de Assis um mestre no quesito de deixar para os historiadores as sensibilidades do passado:

Já um Balzac ou um Machado de Assis, quando falam sobre o seu tempo, o fazem não para confirmar acontecimentos, mas para possibilitar o historiador mergulhar nas sensibilidades finas do passado, expressas por estes leitores privilegiados do mundo que são os escritores das obras literárias¹¹.

Sendo assim, a obra ficcional se torna uma importante fonte para o historiador que busca as representações dos indivíduos do passado, pois a ficção tem bases no real, e no caso de Machado de Assis, este real se torna quase palpável. Isso poderá ser constatado no decorrer deste trabalho, pois as representações de Machado dialogam com as fontes e a bibliografia especializada.

As representações em Machado de Assis se tornam riquíssimas quando percebemos a complexidade das formas de pensar e sentir dos personagens que criam um infinito de representações dentro daquele universo que é também uma representação da sociedade do Império, como veremos adiante.

Os estudos sobre escravidão no Brasil se debruçam sobre vários aspectos, como maternidade, paternidade, formação de famílias, dominação de classes, gênero e questões étnico-raciais, os castigos físicos, questões sobre o direito dos cativos, o crime, o tráfico transatlântico, a abolição e o abolicionismo, a agência dos escravizados; aspectos políticos, sociais e culturais, entre muitos outros que poderíamos citar. Contudo, é perceptível a timidez quanto às produções que tratam de violência simbólica no sistema escravista, e este trabalho surge com o intuito de propor algumas considerações. Não pretendemos aqui esgotar o tema ou afirmar que não há outra forma de leitura dos trechos analisados. Nosso intuito é propor uma *possibilidade* de leitura entre muitas: inclusive levantamos hipóteses ao lado de algumas constatações, visando abrir as margens de interpretação, ainda que dialogando com o conceito central aqui trabalhado.

Nosso objetivo ao criar este trabalho é abrir reflexões e propor possibilidades de pesquisa nos temas que aqui trabalhamos de maneira ainda incipiente, principalmente se levarmos

9 PESAVENTO, 2000, p. 12.

10 PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003. p. 39. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220/pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

11 PESAVENTO, 2003, p. 40.

em consideração as proporções que um trabalho como este pode vir a ter ao ser aplicado em escala maior ou sobre temas mais variados, bem como sobre outros aspectos da vida social brasileira oitocentista que vão além da escravidão (como as relações de gênero e a dependência dos agregados).

MACHADO DE ASSIS E A ESCRAVIDÃO

Machado de Assis é considerado, se não o maior, um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos, contudo, mesmo ele não esteve livre de críticas, principalmente póstumas. O caráter “ocidental” da obra machadiana deixou marcas em seus escritos e na própria imagem pública e física do autor, “transformada em efígie emblemática do processo de embranquecimento identitário”. Alguns autores afirmaram, inclusive, que além de tentar inserir-se socialmente “à cidade letrada dos brancos”, o autor se fez mais presente nos espaços elitizados do que no meio pobre onde crescera. Por conta disso, há um estranhamento em muitas pessoas quando se afirma que Machado era negro¹².

Em verdade, Machado ascendeu socialmente e “alguns desafetos” o criticaram por esse “aburguesamento” que se ligava às práticas sociais das elites. Esse e outros aspectos, como sua aparência física (a barba e o bigode), bem como as fotografias embranquecidas nos estúdios¹³, ao lado da “ausência de um herói negro em seus romances” serviram de base para a tese de que Machado se absteve em relação à escravidão e às relações interétnicas existentes no Brasil do século XIX¹⁴. Mas, como afirma Eduardo Duarte:

[...] é preciso destacar que o perfil de indiferente ou de omissor perante os problemas de seu tempo é, antes de tudo, uma *leitura* e, como tal, uma *construção*, fruto do processo de recepção literária e sujeita a contestações inúmeras. Todavia, essa é a imagem que acabou preponderando, a partir tanto de biógrafos como Mário Mattos (1930), Lúcia Miguel Pereira (1936) e Augusto Meyer (1952), como de outros estudiosos. E que se reproduz no discurso de intelectuais do movimento negro, como Ironides Rodrigues [...]”¹⁵.

Contudo, desde a década de 1950, autores como Magalhães Júnior, Astrojildo Pereira, Brito Boca, Raimundo Faoro, Roberto Schwarz e John Gledson criticam a tese de que Machado

12 DUARTE, 2020b, p. 9-10.

13 Para colocações mais detalhadas da discussão sobre as características fenotípicas do autor e como as questões étnico-raciais apareceram em sua obra, sobre as condições sociais em que Machado se inseria como homem negro entre as elites e as pressões sociais existentes na época e sua autoidentificação, bem como as discussões após a morte do autor a respeito de sua negritude, sugerimos a leitura do ensaio crítico “Raça, estigma e literatura”, de Eduardo Duarte (2020d), vide Referências. Além desse texto específico, recomendamos todo o livro onde o ensaio se encontra: *Machado de Assis afrodescendente* (2020), de Eduardo Duarte, pois todo o volume se dedica às discussões étnico-raciais que envolviam Machado pessoal, profissional, artística e socialmente.

14 DUARTE, 2020b, p. 10.

15 DUARTE, 2020b, p. 10-11, grifos do autor.

de Assis se absteve das questões relativas à escravidão¹⁶. A obra de Machado é carregada de um realismo que representa a sociedade brasileira oitocentista com tons sarcásticos, humorísticos, graves e trágicos, às vezes, inclusive, em uma mesma obra. Em suma, sua obra é eivada de um tom social crítico, e ao contrário do que muito se disse, essa crítica se voltava à escravidão.

Conforme Eduardo Duarte, podem ser encontradas na obra de Machado de Assis “marcas textuais” sobre a “visão de mundo” (seja direta ou indireta) do autor que “conforma o princípio construtivo voltado para recuperação crítica da escravatura no Brasil”. Duarte ainda afirma que esse olhar crítico pode ser encontrado desde os primeiros escritos de Machado, ainda que fosse “raro encontrar no conjunto dos textos machadianos um conto com a explicitude e contundência de ‘Pai contra mãe’”, pois o que predominou na obra machadiana antes foi um registro “de violência simbólica” no lugar da física. É importante também atentarmos ao fato de que o negro não figurou como protagonista na obra do autor, tendo aparecido “nos interstícios das tramas, muitas vezes somente como parte de um cenário que as leitoras daquele tempo quisessem talvez esquecer”¹⁷. Mas, como elucida Duarte¹⁸, essas posições secundárias não significam que Machado tenha ignorado os problemas das pessoas negras no Brasil Império, pois essas pessoas foram humanizadas e quase sempre dignificadas nas obras. Dessa maneira, é crucial ter em mente que a

[...] ausência de protagonismo [do negro na obra machadiana] está em homologia com o papel social por eles desempenhado, caracterizado pela subalternidade da condição e pela redução a mera força de trabalho, como já demonstrou Gizêlda Melo do Nascimento (2002). Ainda assim, o escritor, se não os eleva a heróis épicos da raça ou a líderes quilombolas, o que de resto comprometeria a verossimilhança do universo citadino e burguês representado, também não os limita ao formato estreito advindo dos estereótipos dominantes no imaginário social do Segundo Reinado¹⁹.

Os escravizados aparecem de múltiplas formas nos romances, e apesar de parecerem ausentes, eles permanecem “como sombra a demarcar espaços e compor perfis dramáticos, fazendo-se visível muito mais em suas implicações e consequências do que no detalhamento cru enquanto modo de produção”. Foi nesse “aparente desinteresse” e, às vezes, apenas insinuatamente presente que Machado fez sua crítica ao escravismo, afinal, ele fazia “narrativas urbanas” que demonstravam “a incapacidade dos senhores em gerar condições políticas e, mesmo, lideranças que garantam a continuidade do regime”²⁰. Dessa forma, suas críticas recaíam justamente sobre os senhores (*pater familias*, como deixa claro Duarte), então em decadência²¹.

16 DUARTE, 2020a.

17 DUARTE, 2020a, p. 311.

18 DUARTE, 2020a.

19 DUARTE, 2020a., p. 313.

20 DUARTE, 2020a., p. 313.

21 DUARTE, 2020a, p. 314.

Ao estudar “o tratamento dado por Machado aos afrodescendentes e às relações impostas pelo escravismo”, segundo Duarte, devemos nos atentar ao público de recepção do autor: as elites. Ao criticar essa classe, Machado está se debruçando também sobre as questões da escravidão e quem sofre com ela, e assim acaba “tocando nas origens da grande ferida social de seu tempo” através de “vias transversais”, podendo ser encontrada a crítica em toda a sua obra ficcional²². Através dessas vias transversais, Machado se posicionava em relação à questão “segundo toda uma poética dissimuladora”, e se o negro não é posto como herói, o branco também não o é na ficção machadiana, não sendo os senhores postos em uma situação de “instituição eterna e imutável” como preconizava o paternalismo (que veremos a seguir no presente trabalho). Antes, o senhor é posto, sim, como um sujeito histórico “móvel”, que se direciona para a “decadência e o desaparecimento”, e, dessa maneira, o trabalho escravizado aparece “pelo viés do rebaixamento irônico e pessimista da classe senhorial”²³. Em outras palavras, os senhores são criticados por Machado, que os alfineta demonstrando a decadência de seu poder e de todo o sistema que os sustenta, e isso é feito de maneira ácida, sagaz e indireta, afinal

Tais colocações se fazem à maneira do escritor-caramujo, sem a altissonância dos sermões, sem nenhum arroubo panfletários. Machado jamais submete sua ficção às exigências do discurso ideológico, com suas formulações marcadas pela urgência dos momentos de crise política. Deste modo, persiste nos romances o emprego dos procedimentos esquivos, que, em seu conjunto, compõem a poética da dissimulação: o tratamento enviesado, indireto; os negaceios verbais e as alfinetadas ligeiras, mas cortantes; o discurso irônico substituindo a fala explícita ou peremptória; o enfoque universalizante de questões nacionais; a paródia de mitos e narrativas fundadoras de hegemonias; a sátira dos detentores do poder; tudo isso vazado numa linguagem marcada por múltiplos disfarces²⁴.

Para além das obras literárias, Machado trabalhou por muitos anos na segunda seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura – chegando a ser diretor dessa repartição –, que se dedicava às políticas de terras e à aplicação da Lei do Ventre Livre (de 1871). Chalhoub²⁵, por sua vez, analisa o papel que Machado teve na aplicação dessa lei que garantia a liberdade das crianças nascidas de mulheres escravizadas²⁶. O autor também escreveu colunas, colaborou e foi acionista do jornal *Gazeta de Notícias*, que assumia uma posição antiescravista²⁷. Dessa maneira, embora Machado de Assis não tenha assumido uma “militância explícita” contra a

22 DUARTE, 2020a, p. 318-319.

23 DUARTE, 2020a, p. 320.

24 DUARTE, 2020a, p. 323-324.

25 CHALHOUB, 2003 *apud* DUARTE, 2020b; CHALHOUB, 2003.

26 DUARTE, 2020b, p. 11.

27 MAGALHÃES JÚNIO, 1957 *apud* DUARTE, 2020b, p. 12.

escravidão, ele “empenhou-se a seu modo na luta pela abolição”²⁸, definitivamente não sendo omissos quanto à questão²⁹.

Entre as obras em que o negro aparece em segundo plano e o senhor é criticado está *Memórias Póstumas de Brás Cubas*³⁰. O livro traz a narrativa de um defunto que resolve contar sua vida desde o nascimento até sua morte, refletindo sobre a vida, o amor, as ironias da existência, a filosofia e, claro, a própria sociedade em que estava. O romance tem várias passagens memoráveis, mas uma das mais impactantes é a que se passa quando o protagonista, Brás Cubas, caminha pelas ruas do Rio de Janeiro – então capital do Império do Brasil – e encontra em meio a uma turba curiosa seu ex-escravizado, Prudêncio, a chicotear um homem que estava na condição de seu escravizado. Esse trecho demonstra o quanto Machado criticava o sistema escravista, o qual se enraizava em todos os aspectos sociais e abrangia todos os indivíduos, perpassando seus corpos e suas formas de pensar e agir.

Para o presente autor, esse trecho não aparentou conter uma crítica tão dissimulada ao sistema escravista (não podemos afirmar o quanto dissimulada era ou não para os leitores da época), mas como é seguido de ironia cômica por parte do narrador, acreditamos que a passagem possa ser entendida como estando entre os interstícios da história que é escrita com “a pena da galhofa e a tinta da melancolia”³¹ por parte de Brás, que tem sua mão segurada por Machado. Porém, é possível ir além do que é descrito e adentrar a complexidade do personagem para ver onde reside a crítica machadiana à escravidão além daquilo que é narrado. É sobre essa passagem e com esse intuito que nos deteremos a seguir.

O CASO DE PRUDÊNCIO

O pequeno capítulo “O vergalho”, no qual transcorre a cena em que Prudêncio agride fisicamente um cativo, nos trouxe reflexões várias sobre as relações senhoriais do período e, principalmente, sobre os fenômenos que levavam um ex-escravizado a adquirir um escravizado.

Ao descrever essa passagem, Machado, através de uma representação³² da sociedade brasileira escravista do século XIX, criou uma demonstração de violência simbólica³³.

28 DUARTE, 2020b, p. 12.

29 Essas questões são também trabalhadas no breve ensaio de Eduardo Duarte chamado “O caramujo e o carcará: vozes negras na luta antiescravista” (DUARTE, 2020c), no qual o autor faz um paralelo entre a atuação direta de Luiz Gama e a atuação burocrática e sutil de Machado, demonstrando como os dois atuaram em prol da abolição, cada um à sua maneira, mas tendo pontos de convergência em sua trajetória (como suas origens, raça, educação autodidata, dia de nascimento, etc.) e sua atuação no anticlericalismo e nas críticas às elites escravistas.

30 DUARTE, 2020b.

31 ASSIS, 1998, p. 13.

32 CHARTIER, 2002a, 2002b., 2011.

33 BOURDIEU, 2012.

Obviamente que isso não foi feito intencionalmente, pois a noção de violência simbólica é muito posterior à morte de Machado e seria anacronismo afirmar que o autor deu um exemplo de tal noção deliberadamente. O que Machado de Assis fez nesse trecho do seu romance foi demonstrar com sarcasmo a ironia do ocorrido, em que um oprimido se torna opressor e reproduz até mesmo os xingamentos que recebia, além das pancadas. A ironia machadiana pode ser constatada quando lemos dois trechos de *Memórias Póstumas*³⁴. O primeiro é quando Brás Cubas descreve sua infância e rememora sua relação com Prudêncio:

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, — algumas vezes gemendo, — mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um — “ai, nhonhô!” — ao que eu retorquia: — “Cala a boca, besta!” — [...]³⁵.

O segundo momento se dá no capítulo de número 68, intitulado “O vergalho” (a que temos nos referido até o momento). Aqui o reproduziremos na íntegra para que possa ser apreciado em sua plenitude, permitindo perceber a ironia que mencionamos. Além disso, é nesse trecho em que ocorre aquilo que entendemos como violência simbólica, sendo o cerne de nosso estudo:

Tais eram as reflexões que eu vinha fazendo, por aquele Valongo fora, logo depois de ver e ajustar a casa. Interrompeumas um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: — “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!” Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.

— Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!

— Meu senhor! gemia o outro.

— *Cala a boca, besta!* replicava o vergalho.

Parei, olhei... justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? *Nada menos que o meu moleque Prudêncio*, — o que meu pai libertara alguns anos antes. *Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.*

— *É, sim nhonhô.*

— Fez-te alguma coisa?

— *É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.*

— *Está bom, perdoa-lhe, disse eu.*

— *Pois não, nhonhô manda, não pede.* Entra para casa, bêbado!

Saí do grupo, que me olhava espantado e cochichava as suas conjeturas. Segui caminho, a desfiar uma infinidade de reflexões, que sinto haver inteiramente perdido; aliás, seria matéria para um bom capítulo, e talvez alegre. Eu gosto dos capítulos alegres; é o meu fraco. Exteriormente, era torvo o episódio do Valongo; mas só

34 ASSIS, J. M. M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. 207 páginas.

35 ASSIS, 1998, p. 33.

exteriormente. Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino e até profundo. *Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto!*³⁶.

Nos trechos citados, podemos ver a ironia de Machado de Assis através do narrador personagem. O próprio protagonista reconhece que a violência praticada por Prudêncio era um replicar das que sofreu quando criança. O xingamento “cala a boca, besta!”³⁷, que desferia Brás Cubas ao vergalhar Prudêncio na infância, agora era repetido pelo então liberto sobre um cativo que adquirira e que não podia defender-se. É nessa reprodução de violência que reside a violência simbólica³⁸.

Até agora falamos de representação e violência simbólica. Assim sendo, cumpre entender do que se tratam esses conceitos. Com base nos trechos apresentados, começamos a refletir e foi então que conhecemos o conceito de Violência Simbólica, que fora estipulado por Pierre Bourdieu³⁹. A partir desse conceito, vimos que tínhamos uma noção que nos ajudaria na compreensão do fenômeno que de início nos intrigou na passagem de “O vergalho”.

De maneira simplificada, podemos dizer que a violência simbólica se dá quando um indivíduo oprimido dialoga e afirma as ações do opressor por não ter recursos para enxergar o que há de errado com sua condição, e então fugir dela e não mais concordar com aquele sistema⁴⁰. Portanto, a participação da vítima no processo de reprodução da violência é o que forma a violência simbólica, pois ela “só tem êxito na medida em que aquele que a sofre contribui para sua eficácia; que ela só o força na medida em que ele está predisposto por uma aprendizagem prévia a *reconhecê-la*”⁴¹. De forma mais completa,

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto⁴².

36 ASSIS, 1998, p. 116-117, grifos nossos.

37 ASSIS, 1998, p. 116.

38 BOURDIEU, 2012.

39 BOURDIEU, 2012.

40 BOURDIEU, 2012.

41 BOURDIEU, 2001, p. 10 *apud* CHARTIER, 2002a, p. 95, grifos do autor.

42 BOURDIEU, 2012, p. 46-47.

Podemos entender essas “classificações naturalizadas” mencionadas pelo autor como sendo as representações que também vínhamos mencionando. Esse conceito está intimamente ligado à noção de violência simbólica. As representações sociais seriam “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”, ou seja, as representações permitem que as pessoas compreendam/leiam sua realidade, o outro e o espaço⁴³. Além disso, as representações sempre partem de um olhar que vai do eu/nós em direção ao outro, é através do reconhecimento da mesmidade que se dá a representação da alteridade, como podemos compreender com Skliar⁴⁴.

Em outros termos, podemos colocar a violência simbólica como sendo a aceitação e a adesão do oprimido às representações (as “classificações naturalizadas” mencionadas por Bourdieu) do opressor, que são inculcadas. Essa inculcação leva à reprodução dessa violência por parte daquele que a sofreu (por acreditar que aquela forma de agir, pensar e ler a realidade social que lhe foi ensinada seja a correta), garantindo, assim, a manutenção da dominação do opressor e suas representações que acabam se espalhando para outras pessoas que são oprimidas pelo indivíduo que primeiro sofreu a violência⁴⁵.

No caso de Prudêncio, essas representações que são inculcadas e reproduzidas podem estar ligadas ao paternalismo. Esse conceito se refere a

[...] uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana. Além disso, e permanecendo na ótica senhorial, essa é uma sociedade sem antagonismos sociais significativos, já que os dependentes avaliam sua condição apenas na verticalidade, isto é, somente a partir dos valores ou significados sociais gerais impostos pelos senhores, sendo assim inviável o surgimento das solidariedades horizontais características de uma sociedade de classes⁴⁶.

Além disso, o paternalismo seria apenas uma idealização dos senhores, uma “sociedade imaginária que eles sonhavam realizar no cotidiano”⁴⁷, e “tal lógica de domínio estava presente tanto nas estratégias de subordinação de escravos quanto de pessoas livres dependentes, e que sua característica principal era a imagem da inviolabilidade da vontade senhorial”⁴⁸.

43 CHARTIER, 2002b, p. 17.

44 SKLIAR, C. Sobre as representações do outro e da mesmidade: notas para voltar a olhar bem o que já foi (apenas) olhado. In: SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença*. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 65-96.

45 Acreditamos que não seja exagero pensar nisso – a nível didático – como um efeito cascata, pois vai de uma hierarquia para a outra: o indivíduo A tem poder sobre o B que é oprimido. O B tem (ou acaba tendo) poder sobre o C que é oprimido por B, e aí por diante até o rompimento. Nesse caso, A representa aquele que detém mais poder (podemos pensar nas elites), e são suas representações que irão se lançar sobre B e C. Claro, as relações sociais não são engessadas e não se dão necessariamente dentro de uma lógica de causa e efeito, mas nosso esquema, como já dito, visa apenas ser um recurso didático para a compreensão da violência simbólica.

46 CHALHOUB, 2003, p. 46-47.

47 CHALHOUB, 2003, p. 61.

48 CHALHOUB, 2003, p. 58.

Nesse sentido, podemos interpretar que no mundo ficcional de *Memórias Póstumas*, Prudêncio partilha com Brás Cubas as mesmas representações com relação ao trato para com os cativos, visando estabelecer uma relação de inviolabilidade de sua vontade ante seu escravizado. Essa forma de entender as relações sociais, essas representações, foram inculcadas em Prudêncio por Brás, pelos pares de Brás (as elites) e/ou pelo próprio sistema escravista que está intimamente atrelado às elites.

Também é possível entender que essa representação partilhada pelos personagens se encontra dentro de outra representação – como mencionamos anteriormente –, afinal, o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*⁴⁹ não deixa de ser uma representação de um passado próximo da sociedade escravista⁵⁰, e as representações – enquanto percepções da realidade social – atribuídas à subjetividade dos personagens podem ser entendidas como as representações que Machado identificou em sua sociedade – não sendo necessariamente as suas, mas, sim, daqueles que ele observava criticamente – e tentou transpor com ironia para o campo do ficcional.

Não podemos ignorar que essas representações partem de percepções do autor (do eu/nós que mencionamos anteriormente⁵¹) e de sua posição social – mesmo que ele esteja representando percepções alheias –, principalmente tendo em mente que nenhuma representação é inocente, isenta, mas, sim, “determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”⁵². Ora, a posição social de Machado de Assis em relação à sociedade representada no romance pode ser encontrada claramente nessa obra através do sarcasmo e da ironia do autor, que formam uma crítica social ao sistema escravista e às formas de vida e pensamentos recorrentes do período representado⁵³, o que dialoga com a primeira sessão do presente trabalho. Além disso, apesar de a história de Brás ocorrer no passado, o período representado foi vivido em grande parte pelo autor⁵⁴.

49 ASSIS, 1998.

50 A noção de que as representações podem ser entendidas também como a presença de um objeto ausente (cf. CHARTIER, R. O mundo como representação. In: CHARTIER, R. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002c. p. 61-79).

51 SKLIAR, 2003.

52 CHARTIER, R. *Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais*. In: CHARTIER, R. *A História Cultural entre práticas e representações*. DIFEL, 2002b. p. 17.

53 Esse tom sarcástico de Machado em relação à escravidão também pode ser percebido de maneira bastante clara, principalmente, no conto *Pai contra mãe* (1906).

54 O livro foi publicado em 1881 e a história se passa entre 1805 e 1869; já Machado de Assis nasceu em 1839 e faleceu em 1908.

No caso de Prudêncio, a violência simbólica não está no açoitado – que veremos a seguir –, mas, sim, na violência física. Cabe ressaltar que, conforme Bourdieu, a violência simbólica não ignora a violência física, e tomar “simbólico” como sendo algo sem efeitos no real seria uma “distinção simplista”⁵⁵. Inclusive, os senhores se utilizavam da violência física como uma das formas de *tentar* fazer valer sua vontade, sendo esse um dos recursos do paternalismo⁵⁶ – conceito que veremos mais adiante.

Em relação a Prudêncio, a violência física (o castigo) se dá acompanhada de violência simbólica (a reprodução dos maus-tratos), e isso pode ser percebido no fato de um ex-cativo agir da mesma forma que seu agressor agia. Ora, não pretendemos aqui dizer que os cativos só conseguiam pensar sua condição “a partir dos significados gerais impostos pelos senhores”⁵⁷, pois isso se igualaria à visão senhorial de Estácio em *Helena* – outro romance de Machado, publicado em 1876 –, como bem aponta Sidney Chalhoub⁵⁸ ao analisar as falas desse personagem. Ao invés disso, gostaríamos apenas de apontar a possibilidade de analisar a situação de Prudêncio a partir do conceito de violência simbólica. Mais do que o caso de Prudêncio, também pretendemos abrir possibilidades de análise para outros casos em que os cativos corroboram os hábitos e as ações dos seus opressores, mas esse procedimento analítico, cumpre ressaltar, cabe a casos específicos e bem recortados, não podendo ser aplicado displicentemente a todo e qualquer aspecto da escravidão, pois dessa forma cairíamos no erro da generalização e no reducionismo que se assemelha ao pensamento – apresentado anteriormente – de Estácio em *Helena*.

Sendo assim, tomando o devido cuidado às proporções, a violência simbólica é reproduzida pelas vítimas quando elas acham – através da inculcação – que a violência sofrida é a maneira correta de proceder, que este é o *modus operandi* aceitável, fazendo o mesmo com outros sobre quem detém poder. Interpretamos que a vítima de violência simbólica mantém essa condição mesmo quando pratica a violência: Prudêncio é uma vítima de estruturas que estão muito acima de seu controle e que são muito mais antigas, bem como do comportamento de Cubas. Também entendemos que mesmo atuando de forma violenta, o liberto é uma vítima tanto quanto o escravizado que chicoteia, pois ambos estão sob efeito da violência simbólica perpetrada por Brás (e autorizada pelo sistema escravista). Portanto, compreendemos que a culpa recai duplamente sobre aquele que levou a vítima ao comportamento agressivo, pois

55 BOURDIEU, 2012, p. 46.

56 CHALHOUB, 2003.

57 CHALHOUB, 2003, p. 31.

58 CHALHOUB, 2003.

o ato de Prudêncio e a dor do cativo seviciado são produtos das agressões do defunto autor escravista. Em outras palavras, o opressor, portanto, é responsável pelo seu próprio ato violento e pelas representações de sua vítima (que *podem* levar à outra violência⁵⁹), afinal, podemos supor que Brás não permitisse que Prudêncio tivesse acesso a recursos para pensar de maneira diferente as relações que o circundavam, enraizando as representações tão profundamente que nem mesmo após a liberdade houve o rompimento da vítima com as formas opressivas de ler a realidade social. Ou ainda podemos supor que se Prudêncio tivesse contato com outras formas de pensar (através de libertos, cativos africanos que foram apresados, apadrinhamentos, redes de sociabilidade etc.), mas essas outras representações poderiam ter sido tolhidas através dos maus-tratos e traumas psicológicos que podem ser supostos a partir do capítulo 69, chamado “Um grão de sandice”⁶⁰.

Nesse trecho, Brás, após ver a cena do vergalho, afirma que se lembrou de “um doido” que conheceu e que se chamava Romualdo. O “doido”, de tanto tomar tártaro, tornou-se “Tamerlão”⁶¹. O narrador protagonista lembra-se de Romualdo porque ele, assim como Prudêncio, de tanto ser submetido a algo – no caso do ex-cativo, as violências físicas –, também deixou de ser ele mesmo, tornando-se parte do que lhe oprimia⁶². Ao lembrar-se de um “doido”, relacionando-o a Prudêncio, o protagonista parece reconhecer danos psicológicos no liberto, os quais foram causados pela repetição constante dos maus-tratos, ao ponto de a vítima reproduzi-los de maneira similar em alguém que se encontra na mesma situação de dependência.

Além das representações partilhadas por inculcação, é possível, no capítulo do vergalho, vislumbrarmos através do comportamento dos personagens a dinâmica paternalista de dominação escravista entre (ex)senhores e libertos. Prudêncio fora libertado pelo pai de Brás anos antes do reencontro no Valongo, mas quando o protagonista percebe quem estava envolvido na confusão do local, o narrador personagem não se furta à expressão “meu moleque”⁶³. É possível interpretarmos que por Prudêncio um dia ter sido seu cativo, Brás ainda exercia autoridade sobre o liberto, e isso fica patente quando lhe dá a ordem para que perdoe seu escravizado. Essa autoridade pode ser entendida como um elemento endossado pelo próprio paternalismo e pelas hierarquias sociais existentes no sistema escravista. Além do mais, a ideia de que Prudêncio devia respeito

59 Aqui dissemos “*podem*” por conta da possibilidade de a vítima romper com as representações do opressor, pois, em algum momento de sua vida, ela pode acabar tendo acesso a outros recursos para pensar sua realidade e relações.

60 ASSIS, 1998, p. 117.

61 Líder do II Império Tártaro, como é explicado em nota à edição que utilizamos (ASSIS, 1998, p. 117).

62 ASSIS, 1998, p. 117.

63 ASSIS, 1998, p. 116.

e obediência a Brás Cubas parece ser corroborada pelo ex-cativo, que, ao ver o protagonista, lhe pede a benção e reconhece, após a ordem de Cubas, que “Nhonhô manda, não pede”⁶⁴.

Ora, Prudêncio não apenas lhe prestava respeito como o obedecia imediata, como se Brás Cubas fosse seu superior natural, como se Cubas fosse um pai ou padrinho a quem devesse respeitar. Esse respeito e essa obediência podem ser lidos como um exemplo do paternalismo que existiu entre ex-senhores e libertos, pois “a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários”⁶⁵. Com isso, faz-se relevante termos em conta que *Memórias Póstumas* se passa entre 1840 e 1861, período em que as alforrias podiam ser revogadas pelos ex-senhores no caso de haver “ingratidão” por parte do então liberto⁶⁶. Com isso em mente, também é plausível supor que Prudêncio só concordou com Braz Cubas para não o desagradar diretamente e para granjear coisas que lhe eram caras – como a liberdade e o cativo –, a partir dos *diálogos* que ocorriam dentro das dominações paternalistas. De acordo com Chalhoub⁶⁷, era comum os dependentes se utilizarem da retórica paternalista para subverte-la, conquistando desejos a partir de artimanhas, tais como fazer os senhores tomarem decisões que beneficiavam os próprios dependentes, de forma que aqueles acreditassem que a ideia proposta ou a ação permitida – no caso de Prudêncio, o mantimento da liberdade, a não intromissão de Brás em seus negócios e o mantimento do escravizado – partia deles mesmos; que a ação feita ou conquistada só se realizara porque sua vontade senhorial permitiu.

Esse sentimento paterno e de obediência já era incentivado por Carlos Augusto Taunay, no seu *Manual do agricultor brasileiro*⁶⁸ – citado anteriormente –, onde o escravista⁶⁹ discorria sobre questões da agricultura, da educação, coerção, moralidade, formas de opressão e de subsistência dos cativos. Nesse livro, Taunay afirmava que os escravizados deveriam respeitar os senhores e reconhecer-lhes como pais, e, para isso, dever-se-ia utilizar a religiosidade como forma de educação dos cativos, para que eles agissem da forma esperada. Assim, a religião

64 ASSIS, 1998, p. 116.

65 CHALHOUB, 2003, p. 51.

66 CHALHOUB, 2003.

67 CHALHOUB, 2003.

68 TAUNAY, C. A. *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Publicado originalmente em sua primeira edição no ano 1839.

69 Emília Viotti da Costa (2010b) chamou Taunay de “abolicionista”, por este condenar a escravidão, mas não o conseguimos conceber como tal pelo teor altamente escravista do seu *Manual*. Acreditamos que ele se encaixe melhor no grupo dos escravistas que, já nas primeiras décadas do século XIX, reconheciam a escravidão como passível de condenação, moralmente falando, mas a viam como um “mal necessário” para a sobrevivência da nação, sendo essa percepção a mais predominante entre as elites brasileiras oitocentistas, conforme a própria autora (COSTA, E. V. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2010a. p. 19).

funcionou como um dos recursos de dominação paternalista. Mais do que isso, partindo de um discurso racista que tomava o negro como inferior, Taunay preconizava um procedimento que beirava, inclusive, uma tentativa de fazer com que os cativos endeusassem os senhores:

A religião Católica Romana, como se ensina e pratica em Portugal e no Brasil, conforma-se muito pelo lado da indulgência com os preceitos do Evangelho, e sua tendência para a superstição a torna ainda mais apropriada ao gênio dos pretos, crédulos e supersticiosos por natureza [...]. A crença em Deus e nos seus santos, e entre estes alguns da sua cor, que não desdenham o pobre escravos, entretêm a alegria e a esperança no coração dos pretos. *A religião reabilita a sua condição, e consagra as suas relações com os senhores, que não aparecem mais aos seus olhos como proprietários, ou como tiranos, mas sim como pais, como retratos do mesmo Deus, aos quais devem amar e servir com o sacrifício de todos os seus trabalhos e suores, para merecerem a bênção do Céu e uma bem-aventurança*⁷⁰.

Perceba-se também que, na passagem do vergalho, Brás usa as expressões “maroto” e “meu moleque”⁷¹, o que pode denotar a infantilização do escravizado, pois “moleque” e “moleca” eram nomes utilizados para se referir aos escravizados “de pouca idade”⁷². Já a expressão “maroto” é utilizada só mais uma vez no romance, no capítulo 90 intitulado “O colóquio de Adão e Caim”, em que Brás Cubas, ao saber da gravidez de Virgília, se imagina conversando com o filho ainda embrionário: “O melhor é que conversávamos os dois, o embrião e eu, falávamos de coisas presentes e futuras. O *maroto* amava-me, era um pelintra gracioso [...]”⁷³. Assomada a essas expressões que denotam a infância, a ordem assertiva de Brás Cubas para que Prudêncio parasse com as sevícias ao seu cativo também poderia soar como uma ordem dada por um adulto a uma criança, onde o outro não deveria retorquir.

Com base em Paul E. Lovejoy, Moses I. Finley e Claude Meillassoux, Alberto da Costa e Silva afirma que

Distingue-se a escravidão de outras formas de exploração do homem, por várias características. Em primeiro lugar, o escravo é propriedade do amo. É objeto de compra e venda. Mas, sendo mercadoria, gado de duas pernas, também o reconhecem como ser humano, e disto deriva o seu valor: o de executar tarefas que só podem ser feitas por uma mulher ou por um homem. Trata-se, no entanto, de um ser humano diferente, um estrangeiro por natureza, concebido muitas vezes como distinto e inferior, desenraizado e só de modo lento, e quase sempre de maneira incompleta, inserido noutro conjunto social. A esse estrangeiro absoluto, busca a comunidade dominante aviltar, despersonalizar, *infantilizar* e despir de todas as relações grupais⁷⁴.

70 TAUNAY, 2001 p. 73, grifo nosso.

71 ASSIS, 1998. p. 117, 116.

72 ARIZA, M. B. A. Crianças/Ventre Livre. In: SCHWARCZ, L. K. M.; GOMES, F. S. (org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 171.

73 ASSIS, 1998, p. 142, grifo nosso.

74 COSTA E SILVA, A. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. *E-book*. p. 67. Grifos nossos.

Essa infantilização do negro também pode ser encontrada no *Manual* de Taunay⁷⁵. O escravista afirmou, baseado em teorias racistas, que o indivíduo negro deveria permanecer em tutela constante e na condição de escravizado por conta do seu “desenvolvimento mental”. Além disso, essa noção invertia os danos do escravismo ao afirmar que o cativo não era nefasto para o escravizado, mas, sim, para os senhores:

O geral deles não nos parece suscetível senão do grau de desenvolvimento mental a que chegam os brancos na idade de quinze a dezesseis anos. A curiosidade, a imprevisão, as efervescências motivadas por paixões, a impaciência de todo o jugo e inabilidade para regressarem a si mesmos; a vaidade, o furor de se divertir, o ódio ao trabalho, que assinalam geralmente a adolescência dos europeus, marcam todos os períodos da vida dos pretos, que se podem chamar homens-crianças e que carecem viver sobre uma perpétua tutela: é pois indispensável conservá-los, uma vez que o mau de sua introdução existe, em um estado de escravidão, ou próximo à escravidão; porém esta funesta obrigação dá os seus péssimos frutos, e o primeiro golpe de vista nos costumes, moralidade e educação desengana o observador e o convence de que a escravidão não é um mal para eles, e sim para os seus senhores⁷⁶.

Enfim, com base no que demonstramos, acreditamos que Brás poderia estar vendo em Prudêncio não somente um homem que um dia foi sua “propriedade”, mas também um homem que nunca deixou de ser “seu moleque”, alguém sobre quem deveria exercer seu poder, sua perpétua tutela, como diz Taunay⁷⁷, e sua autoridade legitimada pelas pretensões paternalistas ante alguém que era visto como infantil e que cometia um ato que lhe desagradava, devendo o ex-cativo, com base nessas pretensões, se manter leal mesmo após a liberdade, oferecendo respeito e obediência para não violar a vontade senhorial – coisa que, aparentemente, de fato ocorre no romance. Isso nos leva a crer que havia uma violência simbólica inerente ao próprio paternalismo (enquanto sistema de dominação e opressão que pretendia ao poder sobre os dependentes) quando assimilado e corroborado pela vítima.

Outra opção de interpretação, mas não necessariamente excludente em relação à anterior, seria encarar a obediência de Prudêncio como sendo uma representação de uma sociedade na qual o negro, inferiorizado, devesse sempre manter o respeito ante seus “superiores”. Se este último caso for o correto em nossa interpretação, dialogamos mais ainda com a teoria da violência simbólica e da inculcação do paternalismo enquanto representação social senhorial, pois o liberto, mesmo não tendo mais um senhor, reconheceria no seu ex-senhor um “superior”, alguém a ser respeitado, talvez pela formação dele, seu dinheiro, seu nome, suas posses, etc. Também não excluimos a hipótese de que talvez Prudêncio tenha votado respeito a Brás por

75 TAUNAY, 2001.

76 TAUNAY, 2001, p. 52-53.

77 TAUNAY, 2001.

causa da inculcação realizada pela religiosidade católica, que tentava fazer com que os cativos endeusassem seus senhores. Além dessas duas hipóteses, gostaríamos de lembrar a hipótese que já apontamos anteriormente, em que o (ex)escravizado se utiliza do comportamento esperado pelo paternalismo para manter aquilo que lhe dá certa autonomia. Seja como for, em qualquer uma das três opções, vemos o indivíduo negro sendo subjugado pelo paternalismo que o obriga a agir de uma forma ou outra, seja pela inculcação de representações, seja pelo desejo de autonomia.

Outro elemento fundamental da passagem do vergalho é analisar as possibilidades de sentimentos e representações que Prudêncio poderia ter em relação aos negros escravizados, o que nos ajudaria a compreender os motivos que o levaram a agredir seu cativo.

Podemos analisar esse fenômeno a partir de um sentimento de distinção social marcado pela dicotomia senhor/escravizado, que o fazia se enxergar como radicalmente diferente do homem que açoitava e dos outros cativos. Emília Viotti da Costa aponta esse sentimento que se criou entre senhor e cativos, e que pode também ter tomado conta de Prudêncio, apesar da questão racial. Conforme a autora, “mesmo na fase de maior intimidade, o preconceito separava as duas categorias [senhores e escravizados]: ao mesmo tempo tão íntimas e tão distantes”⁷⁸. Porém, mesmo sendo libertos, os ex-cativos estavam submetidos a restrições variadas na sociedade, como o fato de que

[...] não podiam ser eleitos, só lhes sendo autorizado votas nas eleições primárias desde que obedecessem aos requisitos gerais para isso. Era-lhes interdito também exercer qualquer cargo de eleição popular, para o qual a condição essencial era ser eleitor ou ter qualidades para sê-lo. Assim, ficava proibido seu acesso à posição de jurado, deputado, senador, juiz de paz, delegado, subdelegado, promotor, conselheiro, ministro, magistrado ou ao corpo diplomático, bem como a certos cargos eclesiásticos hierarquicamente superiores como o de bispo.[...]⁷⁹.

Podemos parecer estranho que um ex-escravizado tenha possuído escravizados, mas isso não era algo tão anormal quanto possa parecer, pois, em alguns casos, mesmo ex-escravizados poderiam ter cativos, trabalhar no tráfico transatlântico de africanos e até mesmo, quando ainda escravizados, comprar cativos para dar ao seu senhor em troca de sua liberdade⁸⁰. Obviamente, isso não era uma regra, e possuir cativos ou conquistar a alforria por substituição exigia um processo de negociação entre senhor e escravizado, entre outros processos sociais e econômicos

78 COSTA, E. V. Relações entre senhores e escravos. In: COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. 5. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010b. p. 325.

79 COSTA, 2010b, p. 326.

80 REIS, 2021.

mais complexos⁸¹. Contudo, não é-se de estranhar que um liberto *crioulo*⁸², como aparentemente era Prudêncio – já que era “moleque de casa”⁸³, indicando que talvez ele tivesse nascido e crescido sob a propriedade dos Cubas –, tivesse cativos, principalmente levando-se em conta que mesmo libertos de origem africana poderiam possuir escravizados, como foi o caso de Manuel Joaquim Ricardo, cuja trajetória foi analisada por João José Reis⁸⁴.

Em verdade, de acordo com José Reis, muitos dos que se livravam do jugo da escravidão acabavam levando “uma vida de pobreza”, porém não era necessariamente nula a quantidade de africanos que se tornavam senhores de cativos⁸⁵. Reis afirma que

O costume de libertos serem donos de escravos é bem conhecido da historiografia brasileira. Libertos de ambos os sexos compunham um grande setor da população brasileira oitocentista e, depois de superar a escravidão, muitos prosperavam a ponto de se tornarem pequenos (e às vezes não tão pequenos) proprietários de escravos. Africanos libertos foram particularmente bem sucedidos nesse aspecto, sobretudo no meio urbano⁸⁶.

Emília Viotti da Costa também falou brevemente sobre este fato. A autora assinalou que muitas vezes os libertos engajavam-se, sim, por conta de suas limitações sociais (já mencionadas anteriormente) em sociedades que tinham por objetivo a “proteção mútua”, como se fosse uma espécie de “franco-maçonaria” que visava à libertação de cativos, mas, por outro lado, a autora aponta que havia “os que compravam escravos e, ao que se dizia, os escravos pertencentes a alforriados ou libertos eram os mais maltratados”⁸⁷. Esta última colocação da autora nos parece um pouco generalista⁸⁸, principalmente tendo em vista que ela traz essa afirmação com base em Charles Pradez⁸⁹, que era um viajante suíço que veio para o Brasil em 1843 e, depois de 25 anos residindo neste país, escreveu o livro referenciado por Viotti da Costa. Nessa obra, de acordo com Gilberto Freyre, Pradez explana o seguinte:

81 Estas questões são bastante complexas, e aqui apenas as resumimos. João José Reis trabalha em detalhes essas relações e demonstra como elas ocorriam, e como, na maioria das vezes, esses fenômenos se davam com escravizados *ladinos* (africanos que, estando há algum tempo no Brasil, já dominavam a língua e a cultura local). Que não se pense que esses fenômenos eram amplamente difundidos – apesar de não serem insignificantes –, e para uma compreensão completa, detalhada e adequada do tema, ver: REIS, 2016; REIS, J. J. “Por sua liberdade me oferece uma escrava”: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. *Afro-Ásia*, [s.l.], n. 63, p. 232-290, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/43392>. Acesso em: 12 set. 2022.

82 Termo usado no período escravista para os cativos nascidos no Brasil.

83 ASSIS, 1998, p. 33.

84 REIS, 2016.

85 REIS, 2016, p. 17.

86 REIS, 2016 p. 35.

87 COSTA, 2010b, p. 326; Se esta informação não for tão generalista quando supomos, temos, então, mais um amplo espectro de análise para realizarmos a partir da noção de violência simbólica.

88 Embora João Reis (2016) afirme que Manuel Joaquim Ricardo não se furtasse a aplicar castigos e a não dar alforria para seus cativos, devemos perceber que, mesmo que este caso pareça corroborar a afirmação de Pradez, ainda assim é um caso específico, não podendo necessariamente ser tomado como regra, por mais fundo que Reis tenha ido na história de Manuel.

89 Costa (2010b) referencia a seguinte obra: PRADEZ, C. *Nouvelles études sur le Brésil*. Paris: [s.n.], 1872.

Um dos seus depoimentos mais interessantes sobre o Brasil de Pedro II é o que o inclui entre os vários estrangeiros para os quais a condição do escravo negro em nosso país não se apresentava infernal, mas, ao contrário, surpreendentemente satisfatória do ponto de vista do seu bem-estar, quer físico, quer psicológico. Viu em fazendas patriarcais, escravos negros francamente felizes. E no seu livro põe em destaque o triunfo alcançado pelo negroide Carlos Gomes como evidência de que, no Brasil de Pedro II, ao descendente de negro não faltavam de todo oportunidades de sucesso⁹⁰.

Ora, hoje se sabe que tal imagem do escravizado feliz e em comunhão com os senhores não era uma realidade, pois há muito caiu a teoria da democracia racial no Brasil. A própria Emília Viotti da Costa aponta, como demonstramos, que existia uma segregação entre senhores e cativos. Podemos constatar a partir da leitura do *Manual* de Taunay⁹¹, com todas as suas sugestões de formas de dominação, que esse “bem-estar” físico e psicológico desenhado por Pradez não era nada mais do que uma romantização da escravidão para deleitar os olhos estrangeiros. Além disso, como bem coloca Reis⁹², o negro liberto no Brasil Imperial geralmente acabava na pobreza, sendo essa noção de “oportunidades de sucesso” uma extensão da romantização da escravidão e um exagero cego da real situação dos cativos. Portanto, essa afirmação de Pradez de que os cativos sofriam mais nas mãos de ex-escravizados nos parece tão exagerada quanto as suas outras colocações.

Para além da questão da distinção social que permeava ex-cativos e escravizados, outra análise que não podemos deixar de fazer é a dos sentimentos e representações de Prudêncio quando ele se irrita por seu cativo ter consumido álcool, se manifestando, nesse aspecto, mais um exemplo da violência simbólica.

Essa irritabilidade pode ser interpretada como sendo uma adesão de Prudêncio – aí mora a violência simbólica – à representação escravista de que os negros cativos eram afeitos aos vícios. Existindo um sentimento de diferenciação social entre libertos e escravizados, o liberto poderia ver os indivíduos cativos como sendo radicalmente diferentes de si nesse aspecto também. Analisando essa possibilidade, é possível interpretar que, através das representações adquiridas pela violência simbólica, Prudêncio passou a ver o sujeito cativo como um indivíduo cheio de vícios que ele considerava distantes; vícios que não o tocariam e que não deveriam tocar aqueles que estavam sob sua “tutela”, afinal, agora ele era livre e tinha um *status* social “civilizado”, como pretendiam-se os senhores ante os escravizados.

90 FREYRE, G. *Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos*. Petrópolis: [s.n.], 1970. p. 5. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1960-1970-Separata-1.pdf>. Acesso em: 3 maio 2021.

91 TAUNAY, 2001. Taunay também é amplamente citado por Viotti da Costa (2010b), quando a autora fala da questão dos castigos.

92 REIS, 2016.

Essa noção senhorial do cativo como vicioso pode ser vista em diferentes textos. Taunay⁹³, por exemplo, já esbravejava contra o hábito de os escravizados frequentarem vendas e tavernas, considerando-as locais inapropriados. O escravista também incentivava que os senhores servissem aos cativos um pouco de aguardente aos domingos para que se evitasse a saída deles da fazenda em direção às tavernas, que o autor classificou como “peste do Brasil e perdição da escravatura”⁹⁴. O próprio José Bonifácio de Andrada e Silva – o “patriarca da independência”, que era emancipacionista⁹⁵, representava os indivíduos negros escravizados em uma posição degradante, chegando ao ponto de chamar as cativas de prostitutas e a todos os cativos de boçais, viciosos e imorais:

Que educação podem ter as famílias, que se servem destes entes infelizes, sem honra, nem religião? de escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo porém se compensa nesta vida; nós tyranisamos os escravos, e os reduzimos á brutos animaes, e elles nos inoculão toda a sua immoralidade, e todos os seus vicios⁹⁶.

Mais adiante, Andrada afirma novamente: “Vos sabeis, Senhores, que não pode haver industria segura e verdadeira, nem agricultura florescente e grande com braços de escravos viciosos e boçaes”⁹⁷. Estes trechos denotam o nível do preconceito racial existente no Brasil Imperial. As representações negativas e estereotípicas que recaíam sobre as pessoas negras serviram como justificativa para os escravistas manterem a instituição durante o século XIX, pois, para eles, “o negro ‘boçal’, infantilizado, seria o único capaz de enfrentar a dura labuta das atividades agrícolas”⁹⁸.

Sendo um liberto, havendo uma clara distinção social entre ele e os negros que eram escravizados, e por estar sob influência de traumas e violência simbólica, é interessante pensar que Prudêncio, em sua realidade ficcional, tivesse aderido às representações sociais daqueles que o oprimiram. Mais do que isso, sendo Prudêncio agora um senhor de escravizados, ele próprio poderia exigir o direito paternalista da inviolabilidade da vontade senhorial, e parece que o fez! Afinal, o cativo ter bebido foi uma forma de um dependente violar aquilo que era visto como correto por Prudêncio, o que acarretou no castigo como forma de coerção e exercício de domínio paternalista.

93 TAUNAY, 2001.

94 TAUNAY, 2001, p. 75.

95 A favor da emancipação gradual dos cativos.

96 SILVA, J. B. A. *Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura*. Paris: Tipografia de Firmin Didot, 1825. p. 12. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518681>. Acesso em: 25 maio 2021.

97 SILVA, 1825, p. 38.

98 NEVES, L. M. B. P.; MACHADO, H. F. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. p. 353.

O paternalismo se estendia sobre agregados e cativos no Brasil escravista, apesar da condição de escravizado ter sido diferente da dos dependentes livres dentro de tal lógica. Mesmo que a escravidão fosse “a situação de máxima dependência nessa sociedade em que o centro da política de domínio é a produção de dependentes”⁹⁹, a situação de dependência dos escravizados era caracterizada pelo “castigo físico e a condição de propriedade — esta os deixava sempre sob a ameaça das transações de compra e venda e, por conseguinte, diante da possível ruptura de seus laços de família e comunidade”¹⁰⁰. Nesse sentido, podemos encontrar no *Manual do agricultor brasileiro*, de Taunay¹⁰¹, um exemplo de como o paternalismo se utilizava do castigo como forma de fazer valer a vontade do senhor, pois, nesse livro, o escravista afirma, várias vezes, que para controlar os escravizados, os senhores deveriam se utilizar do medo e da vigilância constante, devendo as torturas serem assistidas pelos demais cativos para servirem de exemplo.

Assim como Brás esperava obediência e lealdade de Prudêncio, por este ser seu dependente (lembramos, como vimos anteriormente, que os ex-escravizados podiam ter sua alforria revogada no período em que se passa o romance, e estes eram submetidos a estratégias de dominação que os faziam ser leais depois de livres), Prudêncio esperava obediência de seu escravizado. Esta lógica é justamente a lógica da ideologia senhorial, pois “Fora da subordinação completa — pois na ótica senhorial a subordinação é sempre completa, não obstante o fato de os dependentes estarem hierarquizados —, só havia a rebeldia”¹⁰², e a rebeldia, como vimos com Taunay¹⁰³, deveria ser reprimida pela violência. É exatamente isso que vemos na passagem do vergalho: um escravizado se torna um “rebelde” por ter ido contra a vontade senhorial — nesse caso, a repudia à bebida —, por isso foi castigado.

Os motivos do açoite, o comportamento de Brás e de Prudêncio um para com o outro e o comportamento de Prudêncio para com seu cativo apenas demonstram o sistema paternalista agindo na sociedade representada por Machado de Assis. Em suma, cremos, como já demonstrado, que esse sistema se baseava na violência simbólica como forma de dominação e formação de dependência.

99 CHALHOUB, S. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 28.

100 CHALHOUB, 2003, p. 57.

101 TAUNAY, 2001.

102 CHALHOUB, 2003, p. 34-35.

103 TAUNAY, 2001.

CONCLUSÃO

Levando-se em conta a realidade apresentada, não surpreende Machado de Assis ter representado um ex-cativo como senhor de escravizados. Para além disso, o Bruxo do Cosme Velho se utilizou desse fato para demonstrar as ironias do sistema escravista através da representação do paternalismo e de uma ironia específica que hoje podemos compreender como violência simbólica. Brás trata Prudêncio dentro dos mecanismos paternalistas, mas seu tratamento, agora que Prudêncio era livre, não era o mesmo de quando esse era cativo, embora ainda fosse autoritário. O tratamento de Prudêncio para com seu cativo era, contudo, violento por conta da quebra da “inviolabilidade da vontade senhorial”.

Com estas noções, concluímos que a violência simbólica, as representações e o paternalismo andam de mãos dadas, e a articulação desses três conceitos nos permite deslindar aspectos psicológicos e sentimentais impostos aos cativos. Essa abordagem nos permite sair dos castigos físicos para adentrarmos as torturas e influências mentais. A chantagem, o medo, o assédio psicológico (para além do físico), o olhar torto que deve bastar para silenciar o cativo, a frase ríspida, o dedo que aponta para o chicote, enfim, todas as formas de pressão psicológica e sentimental podem ser lidas sob os aspectos que se abrem com os três conceitos principais aqui analisados. A violência simbólica, as representações e o paternalismo, na nossa análise, se tornam recursos de dominação cruéis que tentam impor aos escravizados o que sentir e pensar, ainda que eles possam, a partir de contatos variados, como as redes de sociabilidade, a possibilidade – ainda que rara – de alfabetização, etc., fugir dessas cadeias mentais.

Como afirmado na introdução, não pretendemos estipular dogmas e pontos-finais, mas abrir reticências e colocar interrogações em diversos aspectos da escravidão que nos ajudam a refletir sobre a profundidade do sistema para além do trabalho forçado, para além do castigo físico, do sequestro, etc. Queremos abrir possibilidades de análises no mais profundo âmago do indivíduo, demonstrando que além da violentação do corpo, existiram os danos mentais e sentimentais causados por essa violência e pelo medo.

REFERÊNCIAS

ARIZA, M. B. A. *Crianças/Ventre Livre*. In: SCHWARCZ, L. K. M.; GOMES, F. S. (org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.

ASSIS, J. M. M. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. 207 p.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.

CHALHOUB, S. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 345 p.

CHARTIER, R. A história entre narrativa e conhecimento. In: CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a. p. 81-100.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. Tradução de André Dionei Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 28 mai. 2022.

CHARTIER, R. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações* (s.d.) Lisboa: Difel, 2002b. p. 13-28.

CHARTIER, R. O mundo como representação. In: CHARTIER, R. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002c. p. 61-79.

COSTA, E. V. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2010a. 144 p.

COSTA, E. V. Relações entre senhores e escravos. In: COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. 5. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010b. p. 325-346.

COSTA E SILVA, A. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. *E-book*.

DUARTE, E. A. *Machado de Assis afrodescendente: antologia e crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020a.

FREYRE, G. *Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos*. Petrópolis: [s.n.], 1970. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1960-1970-Separata-1.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2021.

NEVES, L. M. B. P.; MACHADO, H. F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. 501 p.

REIS, J. J. De escravo a rico liberto: a história do africano Manuel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Revista de História*, São Paulo, n. 174, p. 15-68, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/108145>. Acesso em: 3 mai. 2021.

REIS, J. J. “Por sua liberdade me oferece uma escrava”: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 63, p. 232-290, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/43392>. Acesso em: 12 set. 2022.

PESAVENTO, S. J. Literatura, história e identidade nacional. *Revista Vidya*, v. 19, n. 33, p. 9-27, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/531>. Acesso em: 8 jun. 2022.

PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220/pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SILVA, J. B. A. *Representação à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura*. Paris: Tipografia de Firmin Didot, 1825. 40 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518681>. Acesso em: 25 mai. 2021.

SKLIAR, C. Sobre as representações do outro e da mesmidade: notas para voltar a olhar bem o que já foi (apenas) olhado. In: SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença*. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 65-96.

TAUNAY, C. A. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Recebido em: 14/09/2022 – Entregue em: 15/03/2023